

CONTABILIDADE ESPORTIVA: ÊNFASE AO FATURAMENTO DOS CLUBES DE FUTEBOL

Ananda Scarssi Krupp¹

Antonio Osnei Souza²

RESUMO

O futebol é um dos esportes mais acompanhados do mundo, e à medida que ele cresce, os clubes que praticam essa modalidade esportiva crescem também. Para que essas entidades possuam condições de se manter com boa saúde financeira, é indispensável que tenham um bom faturamento, para assim conseguirem fazer investimentos e arcar com suas despesas. Partindo desse ponto, o presente estudo busca identificar quais os fatores que influenciam monetariamente o faturamento dos clubes de futebol no Brasil, bem como classificar quais são suas principais receitas, além de relacionar os custos dos clubes com os respectivos faturamentos. Para chegar aos objetivos propostos optou-se por uma pesquisa descritiva, de abordagem qualitativa e quantitativa, com delineamento bibliográfico e documental, adquirindo-se as demonstrações contábeis dos 10 (dez) principais clubes do Brasil. Além disso, foi feito um estudo de leis, livros e artigos. Os resultados mostram uma evolução de 26% no faturamento total no ano de 2015 em relação a 2014, e uma dependência muito grande dos clubes com receitas adquiridas através da transmissão de jogos e venda de direitos dos atletas, que além de serem as que mais cresceram, também são as que mais contribuíram para o faturamento. O valor adquirido com patrocínios e publicidade aparece como terceira maior fonte de receita, seguida por bilheteria e Projeto Sócio Torcedor, que são receitas adquiridos diretamente com a torcida. A relação dos custos com futebol melhorou em 2015, sendo que apenas 3 (três) clubes não apresentaram evolução nesse quesito.

Palavras-chave: Contabilidade. Contabilidade Esportiva. Faturamento no Futebol.

ABSTRACT

Soccer is one of the most followed sports in the world, and as it grows, soccer teams grow as well. For the sake of financial health, it is imperative to have a good income, so they can invest and pay their bills. Based on that, this study aims to identify the coefficient that monetary influence the billing of Brazilian soccer teams, classifying the main income as well, relating its costs with its revenues. To reach the proposed objectives, it was conducted a research with qualitative and quantitative approach, in an descriptive manner, by getting the financial statements of the ten (10) major clubs in Brazil. In addition, a study of laws, books and articles was made. The results show

¹ Acadêmica do curso de Ciências Contábeis das Faculdades Integradas de Taquara –FACCAT
E-mail: anandaskrupp@gmail.com.

² Orientador. Contador, especialista na gestão contábil com ênfase em auditoria.
E-mail: antonio@odykeller.com.br.

an increase of 26% in annual revenues in 2015 compared to 2014 and a large dependence on broadcasting and on the rights of athletes, that in addition to being the fastest growing, are also those that contributed most to revenues. The value gained from sponsorship and advertising appears as the third largest source of revenue, followed by box office and the “Projeto Sócio Torcedor”, which are acquired directly with the fans. The ratio of soccer cost got better in 2015, and only 3 clubs didn’t show improvement in this regard.

Keywords: *Accounting. Accounting Sports. Revenues in Football.*

1 INTRODUÇÃO

O Brasil é conhecido mundialmente como “O país do futebol”, e não poderia ser diferente, pois desde que chegou a terras brasileiras, no ano de 1894, esse esporte arrasta multidões. Com o passar dos anos, o futebol ficou cada vez com mais evidência, e hoje, já extrapolou as quatro linhas do campo. As pessoas estão cada vez mais interessadas não somente em torcer, mas também entender como seu clube funciona nos mais diversos âmbitos.

Pela grandiosidade dos clubes, principalmente os participantes da série A do Campeonato Brasileiro, organizado pela Confederação Brasileira de Futebol (CBF), são visíveis os inúmeros gastos e investimentos que necessitam fazer. Observando-se isso, juntamente com as notícias veiculadas nos meios de comunicação, é possível perceber o volume de dinheiro que circula por essas entidades, assim, pode-se questionar quais os fatores que norteiam o futebol no Brasil e contribuem para o faturamento dos clubes.

O futebol movimenta cada vez mais o cenário econômico nacional, e não é somente da venda de ingressos que um clube sobrevive, o dinheiro arrecadado vai muito além disso. Assim como em qualquer empresa, um clube precisa obter um bom faturamento para cobrir suas despesas e continuar a exercer suas atividades. E, neste cenário, o profissional contábil é muito importante para que isso aconteça.

A Lei nº 9.615/1998 garante que as entidades esportivas devem elaborar suas demonstrações financeiras e publicá-las em sítio eletrônico, de acordo com o Conselho Federal de Contabilidade. Ainda, a Resolução 1.429/2013 do Conselho Federal de contabilidade enfatiza que as entidades desportivas profissionais devem seguir todos os princípios e normas de contabilidade.

O presente artigo, além de possuir o objetivo geral de identificar os fatores que influenciam monetariamente o faturamento dos principais clubes da primeira divisão do futebol brasileiro, tem como objetivos específicos classificar as mais importantes receitas que contribuem para o seu faturamento total; identificar quanto do faturamento é necessário para cobrir os custos, através de uma relação das receitas com os custos de futebol; e também, procurou-se identificar a variação da receita total no período analisado.

Com a finalidade de chegar aos objetivos propostos, a pesquisa realizada classifica-se como descritiva com abordagem qualitativa e quantitativa. Quanto ao processo de pesquisa, tem delineamento bibliográfico, fazendo-se uso de livros e leis; e documental, utilizando-se das demonstrações contábeis dos 10 (dez) principais clubes do campeonato brasileiro, de acordo com o ranking da CBF – Confederação Brasileira de Futebol.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Futebol: da origem à profissionalização

O futebol vem sendo praticado há séculos por distintas civilizações. Já foram encontrados sinais suficientes para que historiadores pudessem afirmar esse fato, apesar de não se ter certeza de onde, exatamente, o esporte foi praticado pela primeira vez. Para os estudiosos que aderem à teoria de que o futebol já era praticado por povos antigos, o surgimento se deu quando países da Ásia e Europa começaram a praticar esportes com bola, especialmente China, Japão, Grécia e Itália (FERREIRA, 2015). Porém, segundo Proni (1998), o esporte que hoje chamamos de futebol, surgiu em meados do século XIX, na Inglaterra.

O paulista Charles Miller, ao retornar da Inglaterra no ano de 1894, tornou-se o responsável por apresentar o esporte ao Brasil, ele pode ser considerado o “pai” do futebol brasileiro. Segundo Duarte (2005), Charles deu início ao que hoje o futebol representa para nós. Trouxe bolas, calções, chuteiras, camisas, bomba de encher a bola e agulha. Ainda, segundo Freitas e Vieira (2006,) sabe-se que a primeira partida de futebol disputada no Brasil foi entre funcionários de empresas inglesas situadas em São Paulo, em abril de 1895. No entanto, Bertuol e Calçado (2010), afirmam que no início, esse esporte era praticado apenas pela classe alta,

mas não demorou muito para a população menos favorecida se atar a eles em torno do futebol, apesar de na época, ainda não existir o profissionalismo.

No início do século XX, mais especificamente em 21 de maio de 1904, reuniram-se em Paris representantes de sete países europeus - Bélgica, Dinamarca, Espanha, França, Holanda, Suécia e Suíça - dando início à Federação Internacional de Futebol – FIFA., entidade máxima do futebol mundial, que atualmente possui sede em Zurique, e congrega 209 (duzentos e nove) confederações filiadas. A FIFA foi criada para trazer melhorias à modalidade, unificar as leis do jogo e garantir o futuro desse esporte (SITE OFICIAL DA FIFA, 2016). Como cada país tem sua própria confederação, com o Brasil não seria diferente; filiada à FIFA desde 1923, a CBF – Confederação Brasileira de Futebol foi fundada no ano de 1914 e é responsável por administrar e coordenar tudo que diz respeito ao futebol em âmbito nacional (SARMENTO, 2006).

Mesmo já existindo estas organizações dedicadas a melhoria da prática do futebol, segundo Proni (1998), foi somente no ano de 1933, juntamente com a fundação da Liga Carioca de Futebol – LCF, que a profissionalização desse esporte foi reconhecida no Brasil. Naquela época, não havia leis trabalhistas que assegurassem direitos e deveres das partes, então, pode-se dizer que este era o início da gestão esportiva no futebol, no entanto, Guerra (2005) afirma que nesse período a relação entre jogadores e clubes ainda era mais por aspectos morais do que comerciais.

2.2 Surgimento dos clubes brasileiros de futebol

Os clubes de futebol surgiram antes mesmo do profissionalismo do esporte ser oficializado no Brasil. Em 14 de julho de 1900, uma carta redigida pelo alemão Johannes Minnemann, anunciava uma partida de futebol na cidade de Rio Grande - RS, e após o jogo, seria fundado o clube conhecido como “vovô” do futebol brasileiro, o Sport Club Rio Grande (CONRAD, 2015). Atualmente, o referido clube é oficialmente reconhecido como o mais antigo do Brasil. Oficialmente, dois outros clubes já tentaram tomar para si esse título. Ainda, segundo Conrad (2015), a Associação Atlética Ponte Preta, da cidade de Campinas - SP, foi fundada 23 dias depois que o clube gaúcho.

2.2.1 Clubes Cariocas

Algumas entidades conhecidas hoje como “Clubes de Futebol” foram fundadas antes do ano de 1900, mas inicialmente, não se dedicavam à prática desse esporte. Segundo Castro e Valladão (2008), o clube conhecido hoje como Flamengo, foi fundado em 17 de novembro de 1895 e era chamado de Grupo Regatas do Flamengo. A ideia partiu de José Agostinho Pereira da Cunha, que junto com alguns amigos queria formar um grupo dedicado à prática do remo. O autor Marques (2003), afirma que somente no ano de 1902 é que o Grupo Regatas do Flamengo virou Clube, e o futebol que o tornou tão conhecido surgiu no campo apenas em maio de 1912.

O Fluminense Football Club, maior rival do Flamengo, surgiu em 21 de julho de 1902, e “era o primeiro grande clube tendo como base o futebol no Rio de Janeiro” (MARQUES, 2003, p. 35). Segundo Castro e Valladão (2008), o primeiro jogo do Fluminense foi em 19 de outubro de 1902.

2.2.2 Clubes Paulistas

Dentre os quatro grandes clubes paulistas, três possuem sede na cidade de São Paulo. O mais antigo, Sport Club Corinthians, foi fundado no ano de 1910 por um grupo de operários e é conhecido até hoje como o time do “povão” (LOUZADA, 2011).

O próximo clube a ser conhecido é o Palmeiras que, também, afirma Louzada (2011, p. 19), “surge, em 1914, com o nome de Società Palestra Itália, e se posiciona como representante dos italianos”. O clube teve sua primeira partida disputada em 24 de janeiro de 1915 contra o Savóia (SITE OFICIAL DO PALMEIRAS, 2016).

O clube mais recente a ser fundado no município de São Paulo leva o nome da própria cidade, São Paulo Futebol Clube. Criado em 1930 com a fusão do Club Athletic Paulistano e a Associação Esportiva das Palmeiras, levou inicialmente o nome de São Paulo da Floresta, mas logo em seguida, por problemas administrativos, deixou de atuar no futebol, sendo refundado em 1935 com o nome que conhecemos hoje (LOUZADA, 2011).

O Santos Futebol Clube possui sede na cidade de Santos e foi fundado em 14 de abril de 1912, pela iniciativa de três esportistas da cidade, Francisco Raymundo Marques, Mário Ferraz de Campos e Argemiro de Souza Júnior (SITE OFICIAL DO SANTOS, 2016). Segundo Costa e Marques (2006, p. 8), “No ano seguinte, ocorreria um fato que mudaria a história do clube: a chegada de Pelé, então com apenas 15 anos”. O Santos é o único grande clube paulista que não possui sede na capital do Estado.

2.2.3 Clubes Mineiros

O Estado de Minas Gerais possui dois clubes de expressão. O Clube Atlético Mineiro foi fundado em 25 de março de 1908 por um grupo de estudantes que jogavam peladas³ habitualmente. Seu primeiro jogo foi no ano seguinte à fundação, quando derrotou o Sport Clube Futebol por 3x0 (SITE OFICIAL DO ATLÉTICO-MG, 2016).

O esforço de desportistas italianos residentes em Belo Horizonte, fundou em 2 de janeiro de 1921, inicialmente com o nome de Societá Sportiva Palestra Itália, o Cruzeiro Esporte Clube, que só recebeu o nome pelo qual é conhecido hoje em 1942, com a entrada do Brasil na 2ª Guerra Mundial (SITE OFICIAL DO CRUZEIRO, 2016).

2.2.4 Clubes Gaúchos

No feriado de 7 de setembro de 1903, o paulista Cândido Dias da Silva, que desembarcava em Porto Alegre, ofereceu sua bola de futebol para que jogadores do Sport Clube Rio Grande, que visitavam a capital gaúcha, pudessem terminar uma partida. Entusiasmado com o que aprendeu sobre esporte, Cândido se reuniu com um grupo de 30 amigos fundando, no dia 15 de setembro de 1903, o Grêmio Foot-Ball Porto Alegrense (SITE OFICIAL DO GRÊMIO, 2016).

Pouco mais de cinco anos após, em 4 de abril de 1909, nascia o Sport Club Internacional, graças à paixão de 3 (três) irmãos pelo futebol. Henrique, José Eduardo e Luiz Madeira Poppe, fizeram a reunião de fundação do clube no porão da

³ Partida de futebol amador que acontece sem compromisso, não vale taça e possui regras livres.

casa de João Leopoldo Seferin, que seria eleito presidente (SITE DO OFICIAL DO INTERNACIONAL, 2016).

2.3 Principais geradores de receita para os clubes

Em um âmbito geral, “Receitas são aumentos nos benefícios econômicos sob a forma de entrada de recursos, ocasionando aumento do ativo ou diminuição do passivo, que resultem em aumento do patrimônio líquido [...]” (CFC⁴ n° 1.121/2008, 70 (a)).

2.3.1 Transmissão de jogos

O valor monetário que os clubes recebem pela venda da transmissão dos jogos, contribui muito para suas receitas anuais (CHAS; PELINSON, 2013).

O esporte, em geral, é um dos conteúdos mais assistidos na televisão, seja aberta ou paga. Para Costa e Marinho (2005), a mídia é, com certeza, um fator determinante para tudo que o futebol se tornou hoje. Sem a transmissão dos jogos, é provável que os clubes nem mesmo fossem autossustentáveis.

Os canais de televisão têm feito propostas cada vez mais ousadas aos clubes, porém, de acordo com Chas e Pelinson (2013) e Costa e Marinho (2005), no Brasil, os valores pagos a diferentes clubes não é muito justo, sendo que o eixo Rio-São Paulo, principalmente Corinthians e Flamengo, acabam sempre mais favorecidos.

2.3.2 Direito Federativo e Direitos Econômicos

No ano de 1998, a Lei n° 9.615 deu fim ao “Passe” que vigorava desde 1976 com a Lei n.º 6.354 que, em um âmbito geral, dizia que o clube mantinha vínculo sobre o atleta, mesmo após o término de contrato de trabalho, ou seja, o jogador não era livre para escolher seu próprio futuro (FILHO; SILVA, 2012).

Com o fim do “Passe” surge o Direito Federativo, que passa a vigorar no momento da assinatura do contrato de trabalho entre o jogador e a entidade

⁴ Conselho Federal de Contabilidade: tem como principais finalidades orientar, normatizar e fiscalizar o exercício da profissão contábil.

esportiva, e diferente da era do “Passe”, agora o atleta pode assinar com outro clube ao findar do contrato. Esse direito não pode ser dividido, ou seja, o clube que contratou o atleta é detentor de 100% do seu direito federativo e tem o poder de inscrever o jogador na confederação do seu País. Esse vínculo entidade/jogador se mantém até o contrato findar, ou em caso de empréstimo⁵ do atleta, quando os direitos federativos passam a ser da nova entidade (GONÇALVES, 2011). No respectivo contrato de trabalho deve constar a cláusula indenizatória desportiva, e em caso do interesse do atleta em se transferir para outro clube durante a vigência do contrato, a entidade à qual o jogador é vinculado tem direito a receber a respectiva indenização (Lei nº 9.615/1998).

Já os direitos econômicos são a receita gerada com a transferência do atleta profissional por cessão onerosa dos direitos federativos (AMORIM, 2014). Diferentemente do direito federativo, os Direitos Econômicos podem ser divididos em várias partes. No entender de Gonçalves (2011), quem normalmente usufrui do direito econômico é o clube, o empresário do jogador, e o próprio atleta. E em caso de transferência do jogador para outro clube, cada uma das partes que possui algum percentual do direito econômico recebe monetariamente esse percentual, de acordo com o valor total da transação.

2.3.3 Bilheteria

Está disposto na Lei nº 10.671/03, art. 7º que “é direito do torcedor a divulgação, durante a realização da partida, da renda obtida pelo pagamento de ingressos e do número de espectadores pagantes e não-pagantes [...]”.

Embora continue sendo uma importante fonte de renda, o montante gerado com a venda de ingressos diminuiu bastante. Para Mendes (2013), mesmo que não claramente, os clubes já deram a entender que o dinheiro arrecadado com bilheteria não mantém a altíssima folha de pagamento, sendo que alguns já estão baixando absurdamente o valor das entradas para atrair mais torcedores. Ainda, segundo Soares (2005), é preciso garantir a presença do torcedor nos jogos, pois além de gerarem renda com o valor do ingresso, adquirem produtos dentro dos estádios.

⁵ Caracterizada pela cedência de um jogador com contrato de trabalho vigente, para outro clube. Essa segunda entidade assina contrato com o jogador, e ao findar, o atleta retorna ao clube cedente permanecendo o contrato de trabalho original.

2.3.4 Patrocínio e Publicidade

Para Proni (1998, p. 110), “O patrocínio a equipes e torneios esportivos cresceu à medida que empresas de grande porte perceberam que era mais barato e eficaz associar sua marca a um evento de interesse da mídia [...] levando seus concorrentes a fazê-lo também”.

Há diversas formas de patrocínio e publicidade nos clubes. As empresas interessadas podem estampar o nome da sua marca na camisa dos times, fornecer material esportivo e até anunciar nas placas dos estádios. Tendo conhecimento da quantidade de organizações dispostas a pagar para aparecer, os clubes devem gerar muita receita com isso (SOARES, 2005).

2.3.5 Sócios

Criado pelos clubes, o Programa Sócio Torcedor é um serviço onde os torcedores se associam ao seu clube pagando determinada mensalidade, os planos de sócio são determinados por cada entidade. Em contrapartida, o torcedor recebe inúmeras vantagens, como desconto em ingressos, por exemplo. (GIOVANNINI; *et al*, 2014).

Levando em conta a crise financeira que os clubes se encontram, especialistas afirmam que os programas de fidelização para torcedores podem se tornar uma boa fonte de receita (REVISTA VEJA, 2015). Ainda, consoante Cardoso e Silveira (2014, p.22), “nota-se que o programa Sócio Torcedor, além de ser inovador, ainda tem um grande potencial a ser explorado pelos clubes brasileiros, principalmente no que tange ao aumento de receitas”.

A identificação do torcedor com o clube é muito importante; para Estender (2013), os clubes precisam conhecer seus torcedores e ter uma boa tática de planos para o sócio torcedor, pois além de trazer inúmeras vantagens para ambos, ainda aproximam cada vez mais a torcida do seu time.

2.3.6 Licenciamentos e franquias

De acordo com a Equipe Universidade do Futebol (2007), os torcedores são fundamentais para que esse tipo de receita traga retorno financeiro, já que se trata

da concessão da marca do clube para um determinado produto, sendo a torcida o consumidor em potencial.

Ainda, para Somoggi (2013), os clubes estão explorando cada vez mais o poder da sua marca, porém são poucos que especificam os seus ganhos com essa receita no balanço, ganhos esses que surgem principalmente da venda de produtos e redes de lojas oficiais.

2.3.7 Títulos

Em regra, os campeonatos concedem premiação financeira para todos participantes, e obviamente, a maior delas é para quem se sagra campeão. É uma receita muito importante, porém, impossível de prevê-la com exatidão, então quando acontece causa impacto positivo ao clube (SOARES, 2005).

Ainda, para Cardoso e Silveira (2014), a atual situação de um time e os títulos que ele conquista acaba impactando em outras áreas, como atrair os torcedores ao estádio e, conseqüentemente, aumentar a receita com bilheteria, por exemplo.

2.4 Principais custos/despesas nos clubes de futebol

As despesas de um clube podem ser interpretadas de várias maneiras; segundo o Itaú BBA (2015), as despesas dos clubes de futebol podem ser divididas em 4 grupos:

- a) Folha de pagamento: inclui o salário de todos os profissionais, atletas ou não;
- b) Jogos: todos os gastos necessários para a realização de uma partida, incluindo gastos com deslocamento;
- c) Administrativas: material e gestão de escritório;
- d) Outras: Despesas e custos nem sempre claras nas informações

Ainda, para Leoncini e Silva (2005), a contratação de um atleta inicialmente gera despesa para o clube, no entanto, na maioria dos casos, pode ser considerada um investimento, pois, a tendência é que o profissional gere receita futura ao clube. Bastos, Pereira e Tostes (2007) asseguram que há, também, os gastos com a formação de atletas, como: alimentação, uniforme, despesas médicas, alojamento, etc.

2.5 Legislação aplicada ao esporte profissional: entendendo as demonstrações contábeis dos clubes

As entidades desportivas têm autonomia quanto a sua organização e funcionamento (CFB⁶, art.217, I), porém Filho e Silva (2012), afirmam que a gestão do futebol sofreu diversas transformações com o passar dos anos, e toda essa modernização tende a mudar a forma como esse esporte é compreendido nos mais diversos âmbitos. Ainda, no entender de Santos e Silva (2015), por serem entidades esportivas, a ciência contábil é indispensável em um time de futebol, e fornece todas as regras para a apresentação dos valores do clube.

2.5.1 Lei nº 9.615/1998 – Lei Pelé (Atualizada pela Lei nº 12.395/2011)

Antes de entrarmos especificamente na Lei nº 9.615/98, também conhecida como Lei Pelé, é importante enfatizar a existência do Estatuto de Defesa do Torcedor, instituído pela Lei nº 10.671/2003. O mesmo “estabelece normas de proteção e defesa do torcedor”. Em seu art. 5º o referido Estatuto dispõe: “são asseguradas ao torcedor a publicidade e a transparência na organização das competições administradas pelas entidades de administração do desporto”.

Também chamada de Lei Geral do Desporto, a “Lei Pelé” foi aprovada dia 24 de março de 1998, e veio principalmente, para dar transparência e modernizar o desporto brasileiro (SOARES, 2005). A lei dispõe que as ligas desportivas profissionais devem elaborar suas demonstrações financeiras e passar por auditoria independente.

46-A. As ligas desportivas, as entidades de administração de desporto e as de prática desportiva envolvidas em qualquer competição de atletas profissionais independentemente da forma jurídica adotada, ficam obrigadas a: I - Elaborar suas demonstrações financeiras, separadamente por atividade econômica, de modo distinto das atividades recreativas e sociais, nos termos da lei e de acordo com os padrões e critérios estabelecidos pelo Conselho Federal de Contabilidade, e, após terem sido submetidas a auditoria independente, providenciar sua publicação, até o último dia útil do mês de abril do ano subsequente, por período não inferior a 3 (três) meses, em sítio eletrônico próprio e da respectiva entidade de administração ou liga desportiva (Lei 9.615/98, art. 46-A, I).

⁶ Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

Vale ressaltar que são considerados parte integrante do Sistema Brasileiro de Desporto, o Ministério do Esporte, o Conselho Nacional do Esporte o sistema nacional do desporto e os sistemas de desporto dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. (Lei 9.615/98, art. 4º, I, II, III, IV).

2.5.2 Resolução CFC nº 1.429/2013, do Conselho Federal de Contabilidade (CFC)

O Conselho Federal de Contabilidade aprovou a ITG 2003 – Entidade Desportiva Profissional que trata dos aspectos contábeis específicos em entidades desportivas profissionais.

Esta Interpretação estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação, de registros contábeis e de estruturação das demonstrações contábeis das entidades de futebol profissional e demais entidades de práticas desportivas profissionais, e aplica-se também a outras que, direta ou indiretamente, estejam ligadas à exploração da atividade desportiva profissional e não profissional (Objetivo,1)

O item 2 afirma que “Aplicam-se à entidade desportiva profissional [...] Princípios de Contabilidade, bem como as Normas Brasileiras de Contabilidade, suas Interpretações Técnicas e Comunicados Técnicos, editados pelo Conselho Federal de Contabilidade”. Ainda, de acordo com o disposto no item 3, os registros contábeis devem evidenciar as contas de receitas, custos e despesas, em contas patrimoniais e de resultado. E os itens 4 (a) e (b) afirmam, respectivamente, que os valores gastos com a formação de atletas, contratação ou renovação de atleta profissional, bem como, os valores de direito de imagem devem ser registrados no ativo intangível.

Já os itens 10 e 11 dizem que as receitas de bilheteria, direito de transmissão e de imagem, patrocínio, publicidade e luva devem ser registradas em contas específicas seguindo o princípio da competência. Caso essas receitas sejam recebidas com antecipadamente, devem registradas no passivo circulante ou não circulante, dependendo do prazo de realização.

O item 16 dispõe as demonstrações que devem ser elaboradas pelas entidades desportivas:

- a) Balanço Patrimonial;
- b) Demonstração do Resultado;

- c) Demonstração do Resultado Abrangente;
- d) Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido;
- e) Demonstração dos Fluxos de Caixa; e
- f) Notas Explicativas

O item 17 discorre o que deve conter nas notas explicativas, como: gastos com a formação de atletas; composição dos direitos sobre os atletas; receitas obtidas, por atleta, e os gastos com a negociação e a liberação; percentual de direito econômico de cada atleta vinculado à entidade; contingências ativas e passivas de natureza tributária, previdenciária, trabalhista, cível e assemelhadas; seguros contratados para os ativos da entidade; entre outros.

2.5.3 Lei nº 13.155/2015 – PROFUT

A lei nº 13.155, de 4 de agosto de 2015, estabelece em seu art. 2º que “ Fica criado o Programa de Modernização da Gestão e de Responsabilidade Fiscal do Futebol Brasileiro, com o objetivo de promover a gestão transparente e democrática e o equilíbrio financeiro das entidades desportivas profissionais de futebol”. Segundo o art. 4º da referida lei, os clubes que tiverem interesse em permanecer no programa deverão, entre outras exigências, comprovar que os custos com folha de pagamento e direitos de imagem de atletas profissionais de futebol não superam 80% (oitenta por cento) da receita bruta anual das atividades do futebol profissional; ofertar ingressos a preços populares.

Entre as principais vantagens dos clubes que aderirem ao PROFUT está o parcelamento de débitos das entidades perante a União: “A dívida objeto do parcelamento [...] deverá ser paga em até duzentas e quarenta parcelas, com redução de 70% (setenta por cento) das multas, 40% (quarenta por cento) dos juros e 100% (cem por cento) dos encargos legais” (Lei nº 13.155/2015, art. 7º).

2.6 Análise de demonstrações contábeis

De acordo com Neves e Viceconti (2002), as demonstrações contábeis relacionam a situação financeira de uma empresa, em dois ou mais períodos, e a partir de sua análise os usuários podem tomar as melhores decisões (NEVES; VICECONTI, 2002 *apud* BRAGA; CRUZ; SANTOS, 2012, p. 82).

Para que se possa fazer uma análise concisa das informações contábeis de uma empresa e atender aos objetivos da organização, é preciso que as demonstrações estejam estruturadas de forma clara e objetiva (OLIVEIRA; SILVA; ZUCCARI, 2010).

2.6.1 Análise horizontal

Em conformidade com Ludícibus (1998, p. 90), a principal finalidade da análise horizontal é “apontar o crescimento de itens dos Balanços e das Demonstrações de Resultado [...] através dos períodos, a fim de caracterizar tendências. ”. Oliveira, Silva e Zuccari (2010, p. 3) salientam que essa análise “trata-se de discernir o ritmo de crescimento dos vários itens”; ainda, segundo os autores, esse tipo de análise também é denominada análise de tendência”

2.6.2 Análise vertical

Para Ludícibus (1998), também chamada de análise de estrutura, a análise vertical é importante, pois avalia a estrutura e a evolução de itens ao longo do tempo. Oliveira, Silva e Zuccari (2010, p.3) apresentam que a técnica da análise vertical “consiste em dividir todos os elementos do ativo pelo valor do total desse mesmo ativo e todos os valores do passivo pelo total desse passivo, obtendo-se assim, o percentual que cada elemento representa do todo.”

3 METODOLOGIA

Com o intuito de analisar os objetivos propostos, a pesquisa se caracteriza como sendo descritiva de abordagem qualitativa e quantitativa. Prodanov e Freitas (2013, p. 52) mencionam que a pesquisa descritiva “ observa, registra, analisa e ordena dados, sem manipulá-los, isto é, sem interferência do pesquisador”. Ainda, Gil (2002, p. 42) diz que as pesquisas descritivas “têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno [...]”. Prondanov e Freitas (2013) afirmam que a pesquisa de abordagem qualitativa interpreta os fenômenos, e a coleta de dados deve retratar o maior número de elementos possível. Já a pesquisa quantitativa pressupõe que as informações a

serem analisadas pelo pesquisador podem ser traduzidas em números, e “requer o uso de recursos e de técnicas estatísticas” (PRONDANOV; FREITAS, 2013 p. 69).

Quanto ao processo da pesquisa, fez-se o uso de livros, leis relacionadas ao desporto, portais eletrônicos (sites) e artigos científicos já publicados. Para Bervian, Cervo e Silva (2007, p. 60), “A pesquisa bibliográfica procura explicar um problema a partir de referências teóricas publicadas em artigos, livros, dissertações e teses”. Considerando-se que para chegar aos objetivos propostos na pesquisa, foram adquiridas determinadas demonstrações contábeis, a mesma também pode ser classificada como documental, pois, segundo Gil (2002, p. 45), o que a diferencia da bibliográfica é que ela “vale-se de materiais que não recebem ainda um tratamento analítico”. O autor ainda afirma que relatórios de empresas, provavelmente já analisados, podem ser considerados fonte de pesquisa documental.

Como dito anteriormente, foram baixadas por meio dos sítios eletrônicos oficiais das respectivas entidades estudadas as demonstrações contábeis do período 2014/2015 para análise, sendo devidamente referenciadas. Após baixadas as informações contábeis, elas foram analisadas, ordenadas e apresentadas na análise de dados, de forma que facilitasse o seu entendimento, podendo-se chegar à conclusão com todos os objetivos alcançados.

Para o desenvolvimento da pesquisa, foi considerado o faturamento total dos clubes analisados: futebol profissional, futebol amador, área social, e todas as fontes de receita disponibilizadas pela respectiva entidade esportiva.

O universo de pesquisa do presente estudo refere-se aos 20 clubes participantes da primeira divisão do campeonato brasileiro. A amostra, refere-se aos 10 principais clubes participantes da primeira divisão do campeonato brasileiro, de acordo com o ranking da CBF – Confederação Brasileira de Futebol.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE DADOS

Com os quadros a seguir, objetivou-se identificar a contribuição de cada fonte de receita individualmente para cada clube, bem como para o faturamento total considerando os 10 (dez) clubes analisados. Após apresentadas as receitas, um quadro fazendo um comparativo delas com os custos de futebol também foi elaborado. Os clubes serão apresentados de acordo com o ranking da CBF-Confederação Brasileira de Futebol.

Quadro 1 – Sport Club Corinthians Paulista

Fonte de Receitas	Em Milhares de Reais		Em %	
	2015	2014	2015	2014
Bilheteria	-	6.911	-	2,68%
Venda Direitos	51.932	41.061	17,40%	15,92%
Patrocínio/Publicidade	70.781	68.216	23,72%	26,42%
Premiações, Fiel Torcedor, loterias	28.881	9.339	9,68%	3,62%
Transmissão de jogos	122.235	108.717	40,95%	42,11%
Licenciamento e franquias	9.799	9.831	3,28%	3,81%
Demais	14.802	14.165	4,96%	5,49%
Faturamento Total	298.430	258.240	100%	100%

Fonte: Elaborado com base no faturamento total do clube, após análise da demonstração contábil.

Conforme dados do balanço, o faturamento do Corinthians cresceu 15,5%, mesmo com a bilheteria zerada. A maior fonte de receita para o clube, com mais de 40% de contribuição nos dois anos é a adquirida com transmissão de jogos, seguida de patrocínio e publicidade. No ano de 2015 o clube arrecadou 26% a mais com venda de direitos, já as receitas adquiridas com premiações, Projeto Fiel Torcedor e loterias, são lançadas concomitantemente, tornando-se inviável mensurar o valor exato de cada uma, porém, obtiveram juntas um crescimento 210%, e provavelmente a parte referente aos sócios é a maior.

Quadro 2 – Grêmio Foot-Ball Porto Alegre

Fonte de Receitas	Em Milhares de Reais		Em %	
	2015	2014	2015	2014
Bilheteria	529	939	0,28%	0,46%
Venda Direitos	15.804	38.287	8,30%	18,56%
Patrocínios/Marketing	35.353	41.541	18,58%	20,14%
Patrimoniais	45.531	50.689	23,92%	24,57%
Transmissões de jogos	79.866	59.725	41,96%	28,95%
Licenciamento e Royalties	13.235	15.118	6,95%	7,33%
Faturamento Total	190.318	206.299	100%	100%

Fonte: Elaborado com base no faturamento total do clube, após análise da demonstração contábil.

O Grêmio apresentou uma queda de quase 8% no seu faturamento, isso se deve principalmente à redução de R\$ 22,4 milhões na receita com venda de direitos, mas não é somente essa fonte que decresceu. Apesar de as receitas patrimoniais, referente aos sócios, e o faturamento com patrocínio serem respectivamente, a segunda e terceira maior fonte de receita do clube, apresentaram redução de 10% e

15%, em 2015. Ainda, a parte da arrecadação com bilheteria que fica com o clube é muito pequena, representou apenas 0,28% do faturamento total. A única receita que obteve sucesso em 2015 é a transmissão de jogos. Responsável por mais de 40% do faturamento, obteve um crescimento de R\$ 20,1 milhões, equivalente a 33,5%.

Quadro 3 – Cruzeiro Esporte Clube

Fonte de Receitas	Em Milhares de Reais		Em %	
	2015	2014	2015	2014
Bilheteria/Premiação	43.331	85.791	11,91%	38,44%
Venda direitos	142.141	25.569	39,07%	11,46%
Patrocínios / Royalties	24.829	24.328	6,82%	10,90%
Transmissões de jogos	133.407	66.341	36,67%	29,73%
Demais	20.119	21.131	5,53%	9,47%
Faturamento Total	363.827	223.160	100%	100%

Fonte: Elaborado com base no faturamento total do clube, após análise da demonstração contábil.

O Cruzeiro apresenta um grande crescimento de 63% no seu faturamento, sendo que esse fato atribui-se principalmente à venda de direitos, que apresentou uma elevação de 455% em relação a 2014, posicionando-se como principal fonte de receita do clube. A receita com transmissão de jogos obteve um crescimento de 101% e aparece como segunda maior fonte em 2015. O faturamento com bilheteria e premiação, teve uma queda preocupante de R\$ 42,4 milhões, mas mesmo assim aparece como a terceira maior receita do clube, seguida por patrocínios e royalties. O valor adquirido com sócios chegou a R\$ 19,3 milhões em 2015.

Quadro 4 – Santos Futebol Clube

Fonte de Receitas	Em Milhares de Reais		Em %	
	2015	2014	2015	2014
Bilheteria e cotas de participação	17.642	10.938	10,38%	6,39%
Venda Direitos	10.833	45.770	6,38%	26,73%
Patrocínio/Publicidade	22.297	29.354	13,12%	17,14%
Manutenção e frequência	18.580	15.421	10,94%	9,01%
Transmissão de jogos	86.082	61.659	50,66%	36,01%
Demais	14.472	8.098	8,52%	4,73%
Faturamento Total	169.906	171.240	100%	100%

Fonte: Elaborado com base no faturamento total do clube, após análise da demonstração contábil.

O Santos apresentou uma queda de 0,8% no seu faturamento e uma dependência muito grande com a transmissão dos jogos, que sozinha fatura mais da metade da receita total. Em seguida aparecem patrocínio e publicidade, mesmo com uma queda na arrecadação.

Em 2015, a receita com bilheteria conseguiu aumentar o seu faturamento em quase R\$ 7 milhões, o equivalente a 60%, já a fonte com manutenção e frequência, referente ao Programa Sócio Torcedor, teve um aumento de 20%, pouco mais de R\$ 3 milhões, o que não modificou muito sua contribuição no faturamento total do clube. Houve uma redução brusca de quase 76% na receita com venda de direito dos atletas.

Quadro 5 – São Paulo Futebol Clube

Fonte de Receitas	Em Milhares de Reais		Em %	
	2015	2014	2015	2014
Bilheteria	29.486	20.749	8,91%	8,19%
Venda direitos	108.836	40.941	32,89%	16,16%
Patrocínio/Publicidade	26.638	29.315	8,05%	11,57%
Projeto Sócio Torcedor	11.683	7.431	3,53%	2,93%
Transmissão de jogos	84.135	77.900	25,43%	30,74%
Licenciamento e Franquias	16.727	16.892	5,06%	6,67%
Demais	53.380	60.150	16,13%	23,73%
Faturamento Total	330.885	253.381	100%	100%

Fonte: Elaborado com base no faturamento total do clube, após análise da demonstração contábil.

O São Paulo teve um crescimento de mais de 30% no seu faturamento, esse fato deve-se principalmente às receitas com venda de direitos, que apresentou um crescimento de 265%. O quadro também mostra que mesmo com uma queda em relação com o faturamento total, o clube mantém a transmissão de jogos como uma das principais fontes de receita, aumentando o seu faturamento com ela em 8%.

Mesmo com uma queda, patrocínio e publicidade aparecem como terceira maior fonte de faturamento do clube, seguida pela bilheteria que arrecadou 42% a mais que em 2014. O Programa Sócio Torcedor cresceu 55%, porém ainda não apresenta uma grande apresentação no faturamento total. As receitas inclusas na conta “demais” não apresentam valores individuais chamativos.

Quadro 6 – Clube de Regatas do Flamengo

Fonte de Receitas	Em Milhares de Reais		Em %	
	2015	2014	2015	2014
Bilheteria	43.676	40.786	12,28%	11,75%
Venda Direitos	11.634	19.736	3,27%	5,69%
Patrocínio/Publicidade	85.487	79.946	24,04%	23,04%
Programa sócio torcedor	29.616	30.375	8,33%	8,75%
Transmissão de jogos	127.888	115.077	35,96%	33,16%
Licenciamento e Franquias	12.437	14.000	3,50%	8,75%
Demais	44.875	47.107	12,61%	13,57%
Faturamento Total	355.613	347.027	100%	100%

Fonte: Elaborado com base no faturamento total do clube, após análise da demonstração contábil.

O Faturamento do Flamengo teve um aumento de R\$ 8 milhões em 2015, o equivalente a 2,5%, e como no ano anterior, o maior montante foi adquirido com a transmissão de jogos; essa receita cresceu 11%, e é disparada a maior fonte de receita do clube. Com um aumento de quase 7%, aparecem em seguida patrocínio e publicidade, sendo que o Flamengo é o clube que mais arrecada com essa receita. A bilheteria também apresentou um acréscimo de 7%, chegando a R\$ 43,6 milhões, já a arrecadação com sócios obteve queda de 2,5%, e é a quarta maior fonte do clube. O valor adquirido com venda de direitos obteve queda, assim como o licenciamento da logomarca.

Quadro 7 – Clube Atlético Mineiro

Fonte de Receitas	Em Milhares de Reais		Em %	
	2015	2014	2015	2014
Bilheteria	24.848	29.567	10,16%	16,52%
Venda direitos	35.656	1.649	14,58%	0,92%
Patrocínios/Marketing	16.325	22.800	6,67%	12,74%
Sócios	13.138	10.665	5,37%	5,96%
Transmissões de jogos	113.721	80.419	46,49%	44,94%
Demais	40.930	33.840	16,73%	18,91%
Faturamento Total	244.618	178.940	100%	100%

Fonte: Elaborado com base no faturamento total do clube, após análise da demonstração contábil.

O clube fechou 2015 com um crescimento de 37% no seu faturamento. A receita com maior progresso no ano foi a venda de direitos, com aumento de R\$ 34 milhões, equivalente a 2050% em relação ao ano anterior. No entanto, a

transmissão de jogos, com um crescimento de R\$ 33,3 milhões, o que representa 41% de evolução, é a principal renda do clube, dona de quase metade do faturamento total. Além de perder 28% com patrocínio, também apresentou queda de R\$ 4,7 milhões em bilheteria, uma redução de cerca de 16%. A outra fonte obtida com a torcida, o Programa Sócio Torcedor, apresentou evolução de 22%.

Quadro 8 – Sociedade Esportiva Palmeiras

Fonte de Receitas	Em Milhares de Reais		Em %	
	2015	2014	2015	2014
Bilheteria	87.210	23.168	24,81%	9,49%
Venda direitos	12.519	61.320	3,56%	25,12%
Patrocínio/Publicidade	69.798	16.958	19,86%	6,95%
Programa Sócio Torcedor	32.441	11.935	9,23%	4,89%
Transmissão de jogos	88.425	80.640	25,16%	33,03%
Licenciamento e Franquias	5.765	6.194	1,64%	2,54%
Arrecadação social	35.777	30.757	10,18%	12,60%
Demais	19.545	13.137	5,56%	5,38%
Faturamento Total	351.480	244.109	100%	100%

Fonte: Elaborado com base no faturamento total do clube, após análise da demonstração contábil.

O Palmeiras aumentou seu faturamento em quase 44%. A arrecadação com transmissão de jogos continua sendo a principal fonte de receita do clube, evoluiu quase 10%. Nota-se um crescimento muito significativo, cerca de 310%, em patrocínios e publicidade, e uma evolução de 276% no valor arrecadado com bilheteria, esta, quase superando o montante adquirido com transmissão de jogos. Já o Programa Sócio Torcedor do clube cresceu mais de 170%, diferente da venda de direito dos atletas que caiu 79% no ano de 2015.

Quadro 9 – Sport Club Internacional

Fonte de Receitas	Em Milhares de Reais		Em %	
	2015	2014	2015	2014
Bilheteria	16.078	12.150	5,41%	5,92%
Venda Direitos	94.083	30.347	31,67%	14,80%
Patrocínios/Publicidade	35.195	33.950	11,85%	16,55%
Sócios	68.453	58.984	23,04%	28,76%
Transmissões de jogos	73.195	58.281	24,64%	28,42%
Demais	10.102	11.370	3,40%	5,54%
Faturamento Total	297.110	205.086	100%	100%

Fonte: Elaborado com base no faturamento total do clube, após análise da demonstração contábil.

O Internacional apresentou um crescimento de 44,8%. Esse fato, deve-se principalmente à venda de direitos, que obteve elevação de R\$ 63,7 milhões em relação a 2014, o que significa um crescimento de 210%. A transmissão de jogos vem em segundo lugar, com um crescimento de R\$ 14,9 milhões, o que representa uma elevação 25% do ano anterior, seguida de patrocínio e publicidade, que apresentou R\$ 1,2 milhões a mais que 2014.

Líder em arrecadação com Sócio Torcedor, esta teve um crescimento de 14% em seu faturamento, já a bilheteria, aumentou em 32% a sua receita, porém aparece apenas como a 5ª maior fonte do clube.

Quadro 10 – Fluminense Football Club

Fonte de Receitas	Em Milhares de Reais		Em %	
	2015	2014	2015	2014
Bilheteria	15.765	6.852	8,74%	5,60%
Venda Direitos	36.511	5.652	20,25%	4,62%
Patrocínio/Publicidade	27.517	14.167	15,26%	11,59%
Programa Sócio Futebol	5.932	4.896	3,29%	4,00%
Transmissão de jogos	67.329	61.342	37,34%	50,17%
Licenciamento e Franquias	1.812	1.990	1,00%	1,63%
Demais	25.454	27.371	14,11%	22,38%
Faturamento Total	180.320	122.270	100%	100%

Fonte: Elaborado com base no faturamento total do clube, após análise da demonstração contábil.

Em 2015, o Fluminense aumentou o seu faturamento em R\$ 58 milhões, um crescimento de 47,5%. Entre os fatores que contribuíram para esse fato destacam-se a bilheteria que rendeu ao clube 130% a mais que em 2014; patrocínio e publicidade que obteve quase 95% a mais do valor do ano anterior; e, principalmente, a receita com venda de direitos, que alavancou o seu faturamento em R\$ 30,8 milhões, o equivalente a 550 em relação a 2014. Mesmo com um crescimento menor de outras receitas, a transmissão de jogos continua como a principal receita do clube com R\$ 67,3 milhões em 2015.

A arrecadação do Fluminense ligada ao Programa Sócio Futebol ainda é muito pequena, e seu crescimento em 2015 foi muito baixo.

Quadro 11 – Relação Custo com futebol x Receita

Clube	Custo 2015	Faturamento 2015	%	Custo 2014	Faturamento 2014	%
Corinthians	250.277	298.430	84%	238.497	258.240	92%
Grêmio	193.354	190.318	101%	153.975	206.299	75%
Cruzeiro	306.365	363.827	84%	193.478	223.160	87%
Santos	173.132	169.906	102%	164.054	171.240	96%
São Paulo	273.631	330.885	83%	235.474	253.381	93%
Flamengo	147.030	355.613	41%	169.942	347.027	49%
Atlético MG	166.545	244.620	68%	189.594	178.942	106%
Palmeiras	246.095	351.480	70%	202.327	244.109	83%
Internacional	215.000	297.110	72%	193.400	205.086	94%
Fluminense	130.061	180.320	72%	81.423	122.270	67%
Total	2.101.490.000	2.782.509.000	75,53%	1.822.164.000	2.209.754.000	82,46%

Fonte: Elaborado após análise das demonstrações contábeis dos clubes.

Com o quadro acima objetivou-se identificar quanto da receita total de cada clube é necessária para cobrir os custos de futebol. Nota-se que somente Flamengo e Atlético MG diminuíram seu custo com futebol, porém, isso não significa que são os únicos a diminuir a relação dos custos com a receita. Corinthians, Cruzeiro, São Paulo, Palmeiras e Internacional aumentaram seus custos com futebol, mesmo assim o valor necessário do faturamento para cobri-los diminuiu. Já Grêmio, Santos e Fluminense aumentaram a relação custos x faturamento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa, com base em estudo bibliográfico e documental, buscou aprimorar o entendimento sobre contabilidade esportiva, identificando e analisando os fatores que envolvem o faturamento dos clubes de futebol. O objetivo de identificar as principais receitas e a evolução do faturamento dos clubes foram alcançados. Mesmo com dois clubes, Santos e Grêmio diminuindo suas arrecadações no ano de 2015, o faturamento total dos 10 (dez) clubes analisados cresceu quase 26% em relação a 2014, chegando a R\$ 2,7 bilhões.

Com uma evolução de quase 27% e uma arrecadação de R\$ 976,2 milhões, a transmissão de jogos é a fonte de receita que mais contribuiu para a evolução do faturamento dos clubes em 2015, sendo a principal em oito deles, exceto Cruzeiro e Internacional, onde se posicionou como segunda. Já a receita com venda de atletas chegou à marca de R\$ 519,9 milhões em 2015, 67% a mais que no ano anterior,

sendo a segunda fonte que mais arrecadou, seguida por patrocínio e publicidade, que chegou ao montante de R\$ 414,2 milhões em 2015, um crescimento de 15%.

Em virtude de uma possível falta de padronização nos lançamentos contábeis, alguns clubes unificam certas contas, dificultando a análise. Ao verificar o faturamento com bilheteria chega-se ao valor de R\$ 278,5 milhões em 2015, uma evolução de 17%, porém, percebe-se no balanço do Cruzeiro, que ela aparece junto a premiações. Mesmo assim, é possível afirmar que essa é a quarta fonte que mais contribuiu para todo o faturamento. Em seguida, o Programa Sócio Torcedor evoluiu 27%, chegando a R\$ 254,2 milhões em 2015, sendo que no balanço do Corinthians é contabilizado juntamente com premiações e loterias.

A partir dos dados expostos, conclui-se no presente estudo que os clubes possuem uma dependência muito grande em relação à transmissão de jogos e venda de direitos. Os valores recebidos em cotas de televisão devem aumentar ainda mais nos próximos anos, porém, mesmo se em algum momento houver decréscimo, é possível que os clubes consigam prever que isso aconteça, já que contratos são assinados com antecedência. Já a dependência com venda de direitos é muito perigosa, pois é uma receita difícil de ser projetada, podendo haver uma variação muito grande de um ano para o outro e o clube pode ser pego de surpresa, por isso, devem tratar essa fonte como uma receita “bônus”.

Para que a dependência com essas duas fontes diminua, é preciso que os clubes diversifiquem as suas receitas. O faturamento com patrocínio e publicidade, com certeza, deve ser mais explorado pelos clubes. Existem muitas formas de uma marca anunciar, e com a visibilidade do futebol na atualidade elas tendem a oferecer contratos cada vez mais vantajosos.

Já as receitas com bilheteria e com o Programa Sócio Torcedor dependem muito do momento do clube, pois são receitas adquiridas diretamente com a torcida, e apesar do montante de ambas ter evoluído na soma do faturamento total, ainda está aquém do ideal. Os clubes devem se esforçar ao máximo para atrair a torcida cada vez para mais perto, talvez seguir uma das exigências do PROFUT, tornando os ingressos mais acessíveis e ganhar na quantidade vendida seja uma solução, mas especialmente, criar diferentes modalidades para sócios, com mais benefícios aos torcedores. Se fizerem isso com competência dependerão menos de receitas oriundas de terceiros. A torcida pode, e deve, ser a chave para o faturamento dos clubes.

No que diz respeito à relação dos custos com o faturamento, concluiu-se que os custos com futebol tiveram um aumento de 15%, mesmo assim, com o crescimento já mencionado de 27% do faturamento total, os balanços apresentam, em geral, uma relação melhor entre custos e receitas no ano de 2015. Como exposto na análise de dados, apenas 3 (três) clubes não conseguiram fazer com que o seu faturamento acompanhasse o crescimento dos custos, sendo que destes, Grêmio e Santos tiveram custos até maiores que a receita total, fato inadmissível em clubes que desejam ter boa saúde financeira.

Por fim, vale ressaltar que o artigo buscou aprimorar os conhecimentos sobre a composição do faturamento dos clubes de futebol e os fatores que os norteiam apenas com base nas legislações cabíveis e demonstrações contábeis das respectivas entidades, podendo-se ir além em trabalhos futuros, entrando em contato com os clubes para esmiuçar detalhes não ditos nos balanços. Espera-se que este estudo contribua para que qualquer pessoa interessada aprimore seus conhecimentos sobre o assunto e também que sirva de motivação para que profissionais e acadêmicos da área contábil explorem mais sobre a questão.

REFERÊNCIAS

AMORIM, Múcio Borges de Pina. *Direitos federativos versus direitos econômicos*. Disponível em: <<http://www.vvs.adv.br/artigos-juridicos/direitos-federativos-versus-direitos-economicos>>. Acesso em: 06 abr. 2016.

BASTOS, Paulo Sérgio Siqueira; PEREIRA, Roberto Miguel; TOSTES, Fernando Pereira. Uma Contribuição Para a Evidenciação do Ativo Intangível – Atletas – dos Clubes de Futebol. *Revista Pensar Contábil*, v. 9, n. 36, 16 p., 2007. Disponível em: <<http://www.atena.org.br/revista/ojs-2.2.3-06/index.php/pensarcontabil/article/viewFile/123/124>>. Acesso em 08 abr. 2016.

BERTUOL, Mayara Karoline; CALÇADO, Danilo. *A profissionalização do futebol*. Disponível em: <<http://intertemas.unitoledo.br/revista/index.php/ETIC/article/view/2374/1801>>. Acesso em: 24 mar. 2016.

BERVIAN, Pedro A.; CERVO, Amado L.; SILVA, Roberto da. *Metodologia Científica*. 6 ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

BRAGA, Douglas Sousa; CRUZ, Alair José e SANTOS, Geovane Camilo. Demonstração de fluxo de caixa: análise por meio dos indicadores financeiros em empresas da BM&F BOVESPA. *Revista de Gestão Tecnologia e Ciências (GETEC)*, v. 1, n. 2, p. 79-99, 2012.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 25 mar. 2016.

BRASIL. *Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998*. Institui normas gerais sobre o desporto e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9615consol.htm>. Acesso em: 27 mar. 2016.

BRASIL. *Lei nº 10.671, de 15 de maio de 2003*. Dispõe sobre o estatuto de defesa do torcedor e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.671.htm>. Acesso em: 27 mar. 2016.

BRASIL. *Lei nº 13.155, de 4 de agosto de 2015*. Cria o programa de modernização da gestão e de responsabilidade fiscal do futebol brasileiro e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13155.htm>. Acesso em: 17 jun. 2016.

CARDOSO, Marcos Vinícius; SILVEIRA, Marcelo Paciello. A importância da adoção do sócio torcedor como estratégia de inovação para aumentar as receitas dos clubes de futebol no Brasil. *Revista PODIUM Sport, Leisure and Tourism Review*, ed Especial, v. 3, n. 3, p. 12-24, 2014. Disponível em: <<http://www.podiumreview.org.br/ojs/index.php/rgesporte/article/view/99/pdf>>. Acesso em: 04 abr. 2016.

CASTRO, Bruno; VALLADÃO, Rafael. Um ensaio histórico sobre o surgimento do futebol, dos clubes de futebol carioca: Vasco, Flamengo, Fluminense e Botafogo e suas tendências elitizadas e populares. *Efdeportes-Revista digital*. Ano 13, nº 126, Buenos Aires: 2008. Disponível em: <<http://www.efdeportes.com/efd126/o-surgimento-do-futebol-dos-clubes-de-futebol-carioca.htm>>. Acesso em: 23 mar. 2016.

CHAS, Thiago M. Prates; PELINSON, Fabiana. Direitos televisivos e a ousadia da gestão no futebol: O caso Benfica TV. In: VII SIMPÓSIO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CIBERCULTURA, 2013, Curitiba. *ANAIS ELETRÔNICOS ABCIBER 2013*. Disponível em: <http://www.abciber.org.br/simposio2013/anais/pdf/Eixo_5_Entretenimento_Digital/25678arq07284766905.pdf>. Acesso em: 04 abr. 2016.

CLUBE ATLÉTICO MINEIRO. *História*. Disponível em: <<http://www.atletico.com.br/clube-atletico-mineiro/historia/>>. Acesso em: 21 mar. 2016.

COSTA, Frederico Lustosa da; MARINHO, Elza. Fome de bola: O futebol no Brasil e os desafios da gestão esportiva. *Revista Portuguesa e Brasileira de Gestão*, v.4, n.1, p. 42-55, Lisboa, 2005. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=388541363005>>. Acesso em: 04 abr. 2016.

COSTA, André Lucirton e MARQUES, Daniel S. Pitta. Governança Corporativa e Clubes de Futebol Profissional: Um Estudo de Caso com um Clube do Estado de São Paulo. In: EnANPAD 2006, 2006, Salvador. Disponível em: <<http://www.anpad.org.br/enanpad/2006/dwn/enanpad2006-fica-3138.pdf>>. Acesso em: 16 mar. 2016.

CONRAD, Vinícius. *Parabéns ao vovô do futebol brasileiro*. Disponível em: <<http://esportche.rs/2015/07/parabens-ao-vovo-do-futebol-brasileiro/>>. Acesso em: 26 mar. 2016.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. *Resolução nº 1.121, de 28 de março de 2008*. Aprova a NBC T 1 - Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis. Disponível em: <http://www.normaslegais.com.br/legislacao/resolucaocfc1121_2008.htm>. Acesso em: 18 mar. 2016.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. *Resolução nº 1.429, de 25 de janeiro de 2013*. Aprova a ITG 2003 - Entidade Desportiva Profissional. Disponível em: <<http://www.normaslegais.com.br/legislacao/resolucao-cfc-1429-2013.htm>>. Acesso em: 03 abr. 2016.

CRUZEIRO ESPORTE CLUBE. *História*. Disponível em: <<http://www.cruzeiro.com.br/index.php?section=conteudo&id=24>>. Acesso em: 21 mar. 2016.

DUARTE, Orlando. *Futebol: regras e comentários*. São Paulo: Senac, 2005.

ESTENDER, Antônio Carlos. A importância da administração profissional para os clubes de futebol. *Revista Administração em Diálogo*, v.15, n. 3, p. 18-32, São Paulo, 2013. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/rad/article/view/13093/16711>>. Acesso em: 04.abr. 2016.

FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE FUTEBOL. Disponível em: <<http://www.fifa.com/>>. Acesso em: 10 mar. 2016.

FERREIRA, Matheus Viana. Origem e regulamentação do futebol, *Revista Jus Navigandi*. Ano 20, n. 4390. Teresina, 2015. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/40698/origem-e-regulamentacao-do-futebol>>. Acesso em: 17 mar. 2016.

FILHO, Manoel Henrique de Amorim; SILVA, José Antônio Felgueiras da. A Gestão de Clubes de Futebol – Regulação, Modernização e Desafios para o Esporte no Brasil. *Revista Interesse Nacional*, 18. ed., 2012. Disponível em: <<http://interessenacional.com/index.php/edicoes-revista/a-gestao-de-clubes-de-futebol-regulacao-modernizacao-e-desafios-para-o-esporte-no-brasil/11/>>. Acesso em: 25 mar. 2016.

FREITAS, Ernani César de; PRONDANOV, Cleber Cristiano. *Metodologia do Trabalho Científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico*. 2 ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

FREITAS, Armando; VIEIRA, Sílvia. *O que é Futebol: histórias, regras, curiosidades*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2006.

GIL, Antônio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4 ed. São Paulo: Atlas, S.A. 2002.

GIOVANNINI, Cristiane Junqueira. *et al.* O Torcedor-Consumidor: Identificação com os Clubes e Barreiras para a Adoção do Programa Sócio Torcedor. *In: XXXVIII EnANPAD*, 2014, Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/admin/pdf/2014_EnANPAD_MKT1673.pdf>. Acesso em: 17 abr. 2016.

GUERRA, Márcio de Oliveira. *O jogo da moda: a transformação do futebol em negócio*. Disponível em: <<http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/86700424165608304719352480971058582633.pdf>>. Acesso em: 10 mar. 2016.

GONÇALVES, Emerson. *Direito federativo, direitos econômicos*. Disponível em: <<http://globoesporte.globo.com/platb/olharcronicoesportivo/2011/07/15/direito-federativo-direitos-economicos/>>. Acesso em: 06 abr. 2016.

GRÊMIO FOOT-BALL PORTO ALEGRENSE. *História*. Disponível em: <<http://www.gremio.net/page/view.aspx?i=historia&language=0>>. Acesso em: 21 mar. 2016.

ITAÚ BBA. *Análise Econômico Financeira dos Clubes de Futebol Brasileiros*. Disponível em: <<http://download.uol.com.br/esporte/analise-economico-financeira-dos-clubes-de-futebol-brasileiros-de-2015.pdf>>. Acesso em: 05 abr. 2016.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. *Análise de Balanços*. 7 ed. São Paulo: Atlas S.A., 1998.

LEONCINI, Marvio Pereira; SILVA, Márcia Terra da. Entendendo o futebol como um negócio: um estudo exploratório. *Revista Gestão e Produção*, v.12, n. 1, p. 11-23, 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/gp/v12n1/a03v12n1.pdf>>. Acesso em: 07 abr. 2016.

LOUZADA, Roberto. *Identidade e Rivalidade entre os Torcedores de Futebol da Cidade de São Paulo*. <<http://www.uff.br/esportesociedade/pdf/es1708.pdf>>. Acesso em: 14 mar. 2016.

MARQUES, Luiz A. Magalhães. 2003. *Mídia e Futebol: A Paixão se explica? Breve relato dos torcedores sem fronteiras*. 66 p. Monografia (Graduação) – Universidade Federal de Roraima, Boa Vista, 2003.

MENDES, Célio. *Qual a importância do torcedor?* Disponível em: <<http://www.odiarionline.com.br/noticia/17903/QUAL-A-IMPORTANCIA-DO-TORCEDOR>>. Acesso em: 05 abr. 2016.

OLIVEIRA, Alessandro Aristides de; SILVA, Andréia Regina da; ZUCCARI, Solange Maria de Paula. A análise das demonstrações contábeis e sua importância para evidenciar a situação econômica e financeira das organizações. *Revista Eletrônica Gestão de Negócios*, v. 1, n. 1, 13 p., São Roque, 2010. Disponível em: <http://www.facsaroque.br/novo/publicacoes/pdfs/ricardo_alessandro.pdf>. Acesso em: 17 abr. 2016.

PRONI, Marcelo Weishaupt. *Esporte-Espectáculo e Futebol-Empresa*. 1998. 262 p. Tese (Doutorado de Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Universidade Federal de Campinas, Campinas, 1998. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?view=vtls000183339>>. Acesso em: 10 mar. 2016.

REVISTA VEJA. Clubes brasileiros estão entre os campeões de sócios-torcedores no mundo. *Veja esporte online*, 2015. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/noticia/esporte/clubes-brasileiros-estao-entre-os-campeoes-de-socios-torcedores-no-mundo>>. Acesso em: 17 abr. 2016.

SANTOS FUTEBOL CLUBE. *História*. Disponível em: <<http://www.santosfc.com.br/clubes/>>. Acesso em: 13 mar. 2016.

SANTOS, Geovane Camilo; SILVA, Laise Teixeira. Liquidez e Endividamento dos Clubes de Futebol do Campeonato Brasileiro – Um fator preocupante a continuidade do futebol? *In: CONGRESSO DE CONTABILIDADE UFSC, 2015, Florianópolis*. Disponível em: http://dvl.ccn.ufsc.br/congresso_internacional/anais/6CCF/74_15.pdf> Acesso em: 25 mar. 2016.

SARMENTO, Carlos Eduardo. A regra do jogo: uma história institucional da CBF. *CPDOC – Fundação Getúlio Vargas*, 176 p., Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao_intelectual/arq/1669.pdf>. Acesso em: 13 mar. 2016.

SOARES, Sheila Moraes. 2005. *A contabilidade nos clubes de Futebol*. 103 p. Monografia (Graduação) – Curso de Ciências Contábeis do Centro Universitário Nove de Julho, São Paulo, 2005. Disponível em: <<http://www.sindcontsp.org.br/uploads/acervo/arquivos/57b433e36c64aca8b7309bb198991732.pdf>>. Acesso em: 20 mar. 2016.

SOCIEDADE ESPORTIVA PALMEIRAS. *História*. Disponível em: <www.palmeiras.com.br>. Acesso em: 13 mar. 2016.

SOMOGGI, Amir. 2013. *Receitas com licenciamento dos clubes brasileiros*. Disponível em: <<http://www.ibdd.com.br/wp-content/uploads/2013/12/Receitas-com-licenciamento-dos-clubes-brasileiros-Dezembro-de-2013.pdf>>. Acesso em: 25 jul. 2016.

SPORT CLUB INTERNACIONAL. *História. O Princípio do Clube do Povo*. Disponível em: <<http://www.internacional.com.br/conteudo?modulo=1&setor=1&secao=1>>. Acesso em: 21 mar. 2016.

UNIVERSIDADE DO FUTEBOL. *Licenciamento esportivo no futebol brasileiro*. 2007. Disponível em: <<http://universidadedofutebol.com.br/licenciamento-esportivo-no-futebol-brasileiro/>>. Acesso em: 25 jul.2016.